



***CENTRO STUDI SEA***

ISSN 2240-7596

**aipsa** edizioni spa

# AMMENTU

---

**Bollettino Storico e Archivistico del  
Mediterraneo e delle Americhe**

**N. 7**

luglio - dicembre 2015

[www.centrostudisea.it/ammentu](http://www.centrostudisea.it/ammentu)

[www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

#### **Direzione**

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

#### **Comitato di redazione**

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

#### **Comitato scientifico**

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España)

#### **Comitato di lettura**

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

#### **Responsabile del sito**

Stefano ORRÙ

#### **AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA  
Via Su Coddu de Is Abis, 35  
09039 Villacidro (VS) [ITALY]  
SITO WEB: [www.centrostudisea.it](http://www.centrostudisea.it)

c/o Aipsa edizioni s.r.l.  
Via dei Colombi 31  
09126 Cagliari [ITALY]  
E-MAIL: [aipsa@tiscali.it](mailto:aipsa@tiscali.it)  
SITO WEB: [www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

E-MAIL DELLA RIVISTA: [ammentu@centrostudisea.it](mailto:ammentu@centrostudisea.it)

## Sommario

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
<b>DOSSIER</b>	
<b>Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)</b>	<b>15</b>
sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, JÜRGEN POHLE Introdução	17
– JÜRGEN POHLE «Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa	19
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA MATEUS Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais	29
– JORGE FONSECA Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII	49
– RUI MENDES Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais	57
– MAR GARCÍA ARENA La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos	91
– LUÍSA VILLARINHO PEREIRA Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII - seu contributo na arte e na evolução das mentalidades	104
– CARLA VIEIRA Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII	114
– TERESA FONSECA A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos	133
– CARMINE CASSINO «Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)	144
<b>Ringraziamenti</b>	<b>163</b>



## **A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos** **British community of Lisbon during the third quarter of the eighteenth century**

**Teresa FONSECA\***  
Universidade Nova de Lisboa

### **Abstract**

This article characterizes the British community of Lisbon in the social and economic points of view. It has as point of departure a list of British citizens who were living in Lisbon, that belongs to the Coleção Pombalina of the Biblioteca Nacional de Portugal. It approaches to the connections of this community with the Portuguese society the Lisbon town council and the Portuguese government. It also analyses the reactions of the British merchants to the economic measures and centralizing policy of the Marquis of Pombal.

### **Keywords**

Society, Economy, British community, Lisbon town council, Marquis of Pombal

### **Resumo**

O presente texto caracteriza, do ponto de vista socioeconómico a comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel do século XVIII. Tem como ponto de partida um rol existente na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal. Aborda as relações desta comunidade com a sociedade portuguesa, com a câmara de Lisboa e com o governo português. E analisa as reações do setor mercantil desta comunidade às medidas económicas e à política centralizadora do Marquês de Pombal.

### **Palavras-chave**

Sociedade, Economia, Comunidade britânica, Câmara de Lisboa, Marquês de Pombal

Lisboa, enquanto cidade portuária e capital do reino, representou sempre um polo de atração para os estrangeiros. O seu número aumentou ainda mais a partir do reinado de D. José, devido à criação das grandes companhias monopolistas que ao impedirem o comércio direto com as colónias, obrigava os negociantes a adquirirem os produtos coloniais na capital do reino. Segundo Jorge Borges de Macedo, nesta época «o estrangeiro era normal em Portugal», sendo fácil encontrar em documentos coevos “centenas” de nomes de diversas nacionalidades, com destaque para Franceses, Italianos, Alemães, Holandeses e naturalmente Ingleses<sup>1</sup>. Seriam cerca de 80.000 no início do século XIX, um quinto dos quais viveria em Lisboa<sup>2</sup>.

O pastor protestante sueco Carl Ruders, que conheceu de perto a sociedade portuguesa entre 1798 e 1802, chegando mesmo a dominar a língua, escreveu que os estrangeiros por esses anos superabundavam em Lisboa. Os Ingleses eram a comunidade mais numerosa, seguidos dos Irlandeses, Franceses e Alemães<sup>3</sup>.

Tomando como base uma Relação dos britânicos residentes em Lisboa, inserida no código nº 692 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal (fs. 223 a 227) à qual João Lúcio de Azevedo faz uma breve alusão na sua obra *Épocas de*

---

\*Doutora em História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> JORGE BORGES DE MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, Gradiva, Lisboa 1989, p. 183.

<sup>2</sup> PIEDADE BRAGA SANTOS, TERESA RODRIGUES, MARGARIDA SÁ NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Livros Horizonte, Lisboa 1996, p. 43.

<sup>3</sup> CARL ISRAEL RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Lisboa 1991, p. 141.

*Portugal económico*<sup>4</sup>, tentaremos esboçar um retrato da comunidade britânica na capital portuguesa na última década do reinado josefino.

A listagem não será certamente exaustiva e apresenta várias lacunas. Omite o nome próprio de alguns dos arrolados, fornece uma ideia pouco precisa dos agregados familiares e não refere a atividade profissional de uma boa parte dos chefes de família.

Divide-se em quatro listas. Na primeira figuram os que possuem «Cazas de negocio nesta Corte» e nela residem com parentes e caixeiros. Na segunda, bastante mais reduzida, constam as pessoas que tiveram casas de negócio «mas agora se acham reduzidas» (f. 224v.). Na terceira, incluem-se as que «nam tiveram Cazas de Negocio (...) mas sam dignas de toda a atencam» (f. 224v.). E na quarta inscrevem-se aqueles que têm ou possuíram «Logeas ou Officios» e são «gente honrada».

A Relação não é datada. Mas temos razões para supor ter sido elaborada no terceiro quartel do século XVIII por várias razões: os restantes documentos do mesmo código datam de finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 da mesma centúria; várias pessoas da primeira lista constam de outros documentos produzidos nestes mesmos anos, como referiremos mais à frente; e nela se insere ainda Francisco Ibbetson (f. 224), cônsul britânico na corte portuguesa entre 1764<sup>5</sup> e pelo menos 1773<sup>6</sup>.

O rol inclui um total de 350 famílias, correspondentes, pelos nossos cálculos, a cerca de 865 pessoas, embora na realidade este último número possa ser superior. Com efeito, à frente de muitos dos nomes não surge indicação de família, embora nada nos garanta que o alistado não a tenha. São igualmente frequentes as expressões “mulher e filhos”, ou “e netos”, sem especificação do seu número. Nestes casos aplicamos, relativamente aos descendentes, o quantitativo de três, podendo o seu montante ser superior. Por vezes a informação é ainda mais vaga, pois adiante do nome surgem apenas as palavras «e família», situações em que atribuímos quatro elementos ao agregado familiar.

A Relação, ao englobar expressamente os donos de casas de negócio, as pessoas menos afortunadas materialmente mas dignas de «toda a atenção» e ainda «gente honrada», leva-nos a supor a exclusão deliberada de outras cujas carências económicas ou estilo de vida seriam menos abonatórios do bom nome da comunidade britânica de Lisboa. Também ficaram excluídas do rol as religiosas inglesas do Convento de Santa Brígida, situado no Mocambo, freguesia de Santos-o-Velho<sup>7</sup>.

Da primeira lista constam 111 entradas, que totalizarão cerca de 337 pessoas. 102 famílias são proprietárias de casas de negócio, 21 das quais são sociedades, 20 geridas por dois sócios, frequentemente irmãos, e uma por três sócios. 69 negociantes são solteiros e aparentemente habitam sozinhos, podendo permanecer apenas temporariamente em Lisboa, como representantes de casas comerciais britânicas. Os outros contam com a companhia de um ou vários familiares, quase sempre a mulher e os filhos, mas por vezes também irmãos, sobrinhos, netos e mais parentes.

46 estabelecimentos possuem entre um a três caixeiros da mesma nacionalidade, num total de 71, que incluímos nos agregados familiares dos patrões para quem trabalham e com os quais coabitam. As outras casas comerciais poderão contar com a

---

<sup>4</sup> JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa 1973, pp. 427-428.

<sup>5</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA (doravante BNPL), *Coleção Pombalina*, Código 93, fs. 64-88.

<sup>6</sup> V. TORRE DO TOMBO, LISBOA, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas* (doravante TTL, DP, RCEI), Maço 1600, Doc. 12.

<sup>7</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Código 637, fs. 67 e 97.

ajuda familiar, pois a ausência de tais empregados é mais notória nos agregados com vários elementos masculinos. No entanto, uns e outros poderão ter ao seu serviço caixeiros portugueses, em exclusivo ou a par dos de origem inglesa. Em 1774, a firma Start & Buller possuía pelo menos dois caixeiros: o português Bernardo Gomes e o inglês Guilherme Folliot<sup>8</sup>.

Algumas unidades familiares eram numerosas. Luís Arnold Majendie vivia com a mulher, cinco filhos e um caixeiro (f. 223); Samuel Barclay, provavelmente viúvo, tinha a companhia do irmão Jorge, da mãe e de dois filhos; e Domingos Joyce, solteiro, coabitava com a irmã e três sobrinhos (f. 224).

A única cabeça de casal feminina deste grupo abastado era a viúva Ana Brown, que morava com dois sobrinhos, em quem provavelmente delegara a gestão do negócio herdado do marido (f. 224).

Nesta primeira lista foram incluídas nove pessoas igualmente prestigiadas na comunidade, embora com outras atividades. São elas o construtor da Ribeira das Naus Francisco Warden, com a mulher, a mãe e quatro filhos. E ainda dois médicos, três cirurgiões e outros tantos boticários, todos igualmente acompanhados da respetiva parentela. Cada um dos boticários tinha ao seu serviço um caixeiro da mesma nacionalidade (f. 224).

Entre os homens de negócio da lista destacam-se: o já referido cônsul britânico Francisco Ibbetson; o industrial Guilherme Stephens (f. 223v.), fundador da fábrica de vidros da Marinha Grande, para a qual a Junta do Comércio, por alvará régio de 7 de julho de 1769 concedeu um subsídio de 8.000 cruzados<sup>9</sup>; o «comerciante milionário» Geraldo De Visme (f. 223v.)<sup>10</sup>; e outro abastado negociante, Tomás Horne (f. 223v.). Este último, admitido na feitoria britânica de Lisboa em 1769, viria a ser agente e banqueiro de William Beckford e frequentaria a corte portuguesa durante o reinado de D. Maria I<sup>11</sup>.

Embora Portugal mantivesse com a Inglaterra uma balança comercial desfavorável, este país tinha a vantagem de comprar muito do que produzíamos e de vender aquilo de que precisávamos. Por isso era o nosso parceiro preferencial, com quem traficávamos a maior variedade de produtos. Vigiado e disciplinado por Pombal mas também protegido por razões económicas e políticas, o comércio anglo-luso aumentou, ao longo do reinado josefino o volume das transações, apesar dos esforços da França para combater o predomínio da sua rival. A comprovar esta supremacia está o facto de mais de metade dos navios estrangeiros entrados no porto de Lisboa entre 1751 e 1775 serem ingleses<sup>12</sup>.

Os Britânicos dedicavam-se sobretudo ao comércio por grosso de importação e exportação, embora por vezes também vendessem a retalho. Importavam principalmente de Inglaterra mas também de outros países para Portugal: cereais (trigo, milho, cevada e aveia), farinha, vinho, toucinho, carne de vaca, bacalhau da Terra Nova, manteiga, queijo, pescada seca, arroz, arenque, biscoito, feijão, aguardente, favas, ervilhas, vinagre, sebo, óleo, sabão, ferro, garrafas, papel,

---

<sup>8</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 1862, Doc. 6.

<sup>9</sup> RUI D'ABREU TORRES, *Stephens, Guilherme*, em JOEL SERRÃO (sob orientação de), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Iniciativas Editoriais, Lisboa 1971, p. 86.

<sup>10</sup> BOYD ALEXANDER, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa 2009, p. 181 (nota do editor).

<sup>11</sup> Alexander, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 39 e p. 180 (nota do editor).

<sup>12</sup> MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, cit., pp. 89-93.

esparto, casquinha, linho, cânhamo, carvão de pedra, chumbo, cobre, pólvora, panelas, louças, arcos de ferro, aduelas, remos e tecidos, entre outros produtos.

E exportavam de Portugal para Inglaterra, mas também para grande parte da Europa, para os Estados Unidos e o Canadá vinho, fruta, sal, cebolas, sola, telha, pedra, fazendas e produtos coloniais, que até à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, ocorrida em 1808, tinham necessariamente de passar por Portugal. Entre estas mercadorias contam-se: o algodão, o açúcar, o tabaco, madeiras, o café, o arroz, carnes secas e salgadas, plantas tintureiras, couros, solas e atanados<sup>13</sup>.

Alguns especializavam-se em determinadas mercadorias, como Carlos Molloy, negociante de vinhos e vinagres, estabelecido no sítio do Braço de Prata, nos subúrbios da capital<sup>14</sup>.

Em 1770 e em anos anteriores, o negociante Francisco Arbwin (f. 223) comerciava principalmente com Londres, mas mantinha transações regulares com Amiens, Paris, Reims, Sédan, Beauvais, Mans, Lyon, Abeville, Exetter, Londres, Norwick, Amesterdão e Veneza<sup>15</sup>.

A firma Purry & Visme (f. 223v.) conseguira, já depois do terramoto, assegurar o contrato do pau-brasil, com o qual adquirira «uma imensa fortuna»<sup>16</sup>. E Tomás Horne, já acima referido, participara, com um primo da mesma nacionalidade, José Still, no contrato oficial para a exploração do óleo de baleia, com a qual por certo também lucrara bastante<sup>17</sup>.

Da segunda lista (f. 224v.) constam apenas 13 famílias, num total de cerca de 43 indivíduos. Talvez por serem pessoas «agora (...) reduzidas» pelas contingências dos negócios, parecem ser menos bem conhecidas de quem efetuou o levantamento, pois em quatro casos, três deles mulheres, omitiu o nome próprio. Como a pobreza, em toda a parte, atinge particularmente o setor feminino, também nesta lista onze das treze famílias são encabeçadas por mulheres, que provavelmente tiveram na morte do marido ou do pai a principal causa da sua decadência.

Cinco são referidas como viúvas, das quais três coabitam com vários parentes próximos: Francisca Carle, com três filhas solteiras; outra de apelido Everard, com um filho e três filhas; e uma terceira, da qual também apenas sabemos o sobrenome Arthur, com a mãe e «seis ou sete filhos». Apenas um homem e uma mulher vivem aparentemente sozinhos.

Curiosamente, a falta de recursos destas famílias não determinou o seu regresso ao país de origem. Talvez sobrevivessem do trabalho de alguns dos seus membros, embora não sejam mencionadas as suas ocupações.

A terceira lista inclui 45 entradas, que pelas nossas estimativas corresponderão a cerca de 108 elementos. Embora não tendo «Cazas de Negocio», fator indicativo de um estatuto económico elevado, «sam dignas de toda a atencam» (224v.). Podemos por isso considera-las uma espécie de classe média da comunidade britânica de Lisboa.

---

<sup>13</sup> Ivi, pp. 97-129. E JORGE MARTINS RIBEIRO, *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1812)*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto 1990, pp. 26-28.

<sup>14</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 224, Doc. 7. Viria a falecer em Lisboa no início de 1786.

<sup>15</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 1600, Doc. 12.

<sup>16</sup> JÁCOME RATTON, *Recordações e memórias sobre ocorrências do seu tempo, a estátua equestre de D. José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1920, p. 142. Jácome Ratton refere um terceiro elemento da sociedade, outro britânico de apelido Melish, que já não aparece na nossa Relação, talvez por já ter nessa altura falecido ou regressado a Inglaterra. Também citado por MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, cit., p. 102.

<sup>17</sup> ALEXANDER, (Introd. E notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 180 (nota do editor).



Entre as 15 mulheres chefes de família, uma é de origem portuguesa, a viúva Maria Pereira, a viver na companhia da irmã. Foi certamente casada com um anglo-saxão e de tal forma se integrou na comunidade britânica, que esta a continuou a considerar um dos seus membros.

Neste grupo há também algumas famílias numerosas. Diogo Comerford vive com a mulher, dois filhos e três cunhadas, talvez solteiras ou viúvas (f. 224v.). E Theophilus Dodo tem na sua casa a avó, a sogra, a mulher e «três ou quatro filhos» (f. 224v.).

Estas famílias alargadas, com vários elementos femininos e que chegam a abranger quatro gerações, indiciam uma permanência longa no nosso país, o que constituía uma prática frequente entre os britânicos.

Infelizmente conhecemos apenas a ocupação de seis destes arrolados: André Croft é «mestre de Lingoas» (f. 224v.); outros dois, um de apelido Moore, bem como Rodrigo Ferrol, são engenheiros; E as irmãs solteiras Helena e Maria Proby, tal como a viúva Júlia Gamble, são aias (f. 225), uma atividade muito comum entre as estrangeiras de origem britânica.

A anotação à frente do nome de Diogo Kelly de que «he velho» (f. 224v.), leva-nos à conclusão de que não exerce qualquer atividade profissional. Mas como aparentemente vive sozinho, talvez se sustente de rendimentos ou da ajuda de parentes. Há neste grupo mais 12 pessoas sem indicação de família, ou por desconhecimento do arrolador ou porque não têm ninguém na sua companhia. No entanto, o facto de nas quatro listas surgirem vários apelidos repetidos, pode querer dizer que pelo menos algumas dessas pessoas tinham parentes em diferentes locais de Lisboa.

A quarta lista é a mais extensa e a que inclui informações mais detalhadas sobre a atividade profissional dos seus elementos. Esta «gente honrada», porventura correspondente a uma classe média menos abastada, é composta por 179 famílias equivalentes a cerca de 390 indivíduos, segundo as nossas estimativas. 63 pessoas habitam sozinhas, daí a baixa média 2,18 elementos por família.

Os alfaiates, entre homens e mulheres, são em maior número, 19; seguem-se as 18 engomadeiras; as 16 aias; 14 sapateiros; 9 taberneiros; 8 cabeleireiros; 7 carpinteiros indiferenciados e outros tantos proprietários de estabelecimento de «quinquilharia»; 6 donos de loja de «mercadorias»; 5 espartilheiros e igual número de guarda-livros; 4 proprietários de casas de pasto e outros tantos de loja de «mantimentos»; três indivíduos de cada uma das seguintes profissões: mestre carpinteiro de navios, cirurgião, tanoeiro, boticário, caixeiro, dono de «casa de café», relojoeiro e joalheiro; há ainda 2 proprietários de estabelecimento de «venda de vinhos», e 2 «mestres de escrever e contar»; por último, incluem-se um elemento de cada uma das seguintes ocupações: donos de lojas de: enxarcia, peles, pregos e mantimentos para navios; um mestre de velas, outro de navios e um terceiro de línguas; um mercador; um cortador de cortiça; um fabricante de mostarda; e uma proprietária de «escola de ensinar meninas» (f. 226v.).

Alguns acumulam dois ou até três ofícios: João Mood é alfaiate, espartilheiro e proprietário de uma loja de mercadorias, contando certamente com a colaboração da «mulher e filhos» (f. 226); Carlos Kelly, além de carpinteiro, explora uma casa de pasto, ajudado pela mulher, a sobrinha e dois filhos; e o mestre de velas João Driver a viver com a mulher e um filho, é também carpinteiro (225v.).

Os três caixeiros trabalham para ingleses: dois, para João Ayrey e Tomás Parr, donos de uma casa de pasto (f. 225). Os sócios são assinalados como solteiros, daí a necessidade da ajuda dos empregados; e um terceiro, de apelido Keef, servia os vice-cônsules (f. 226v.).

A maioria das mulheres cabeça de casal, tanto solteiras como viúvas, exerce uma atividade. Além das 18 engomadeiras e das 16 aias, há ainda elementos femininos nos seguintes ofícios. Cinco “alfaiatas», a saber: uma «viuva velha» de apelido Kalmihel, com a filha; mais duas viúvas de apelido Sullivan e Clerges; Ana Foukes, provavelmente solteira; e mais uma de nome português, Maria Dias, com a mãe viúva e duas filhas (f. 226).

Metade das seis lojas de mercadorias são geridas por mulheres: Maria Molloy, a viver «com filhos» e uma irmã; Izabella Henley, que habita com uma sobrinha; e Honora Dorons, que aparentemente vive sozinha (f. 225v.). E a escola de meninas pertence a uma viúva de apelido Magrath, que conta com a ajuda de uma filha (226v.).

Há ainda elementos de ambos os sexos que não exercem profissão por serem velhos, cegos ou as duas coisas. Por vezes é indicada a antiga profissão: «hum velho de sobrenome Fischer, era mestre de navio» (f. 227); ou Diogo Power, «que era homem de negocio» (f. 226v.).

Os testemunhos dos estrangeiros que por estes anos visitaram Portugal ajudam-nos a conhecer a vida da comunidade britânica no nosso país incluindo o seu relacionamento com os naturais; e contribuem ainda para uma interpretação dos elementos fornecidos pela Relação que tem servido de base a esta comunicação.

O artista, arqueólogo e arquiteto inglês James Murphy, que permaneceu em Portugal entre 1788 e 1790, antes de estabelecer residência definitiva em Lisboa<sup>18</sup>, descreve como o típico comerciante britânico passava o tempo: ia à missa às oito horas, à bolsa às onze e almoçava pela uma da tarde; fazia em seguida uma sesta até às 15 horas; depois petiscava «um fruto»; e jantava pelas 21 horas. Nos intervalos, trabalhava no seu gabinete, efetuava visitas ou jogava<sup>19</sup>.

Aos domingos, tanto os homens de negócio ingleses como os estrangeiros em geral, davam «o seu passeio pelo campo (...) com as damas». Encontravam-se num determinado local previamente combinado, onde haviam encomendado um jantar. Aí comiam, bebiam e dançavam «alegremente». Jogavam às cartas e regressavam à noite «sem comunicarem com os habitantes»<sup>20</sup>.

Pelo contrário, segundo outro viajante, os Portugueses não tinham o hábito de se reunirem. Encontravam-se raramente e menos ainda com estrangeiros. «As suas maneiras sociais» eram «tristes». E era difícil a um forasteiro ser acolhido numa casa lisboeta<sup>21</sup>.

Apesar de conviverem pouco, os nacionais mantinham «relações amigáveis» com os indivíduos de outras nações radicados em Lisboa, principalmente com os Ingleses, como nos informa Arthur William Costigan. Mas acrescenta que muitos destes membros da comunidade britânica, apesar de viverem em Portugal há 20 ou 30 anos, apenas conheciam algumas palavras de português<sup>22</sup>.

Carl Ruders, talvez por ser de outra nacionalidade, trata os Ingleses com maior dureza. Conta que falavam geralmente dos Portugueses «com desprezo». E embora os admire pelas suas qualidades de trabalho, considera-os «altamente ignorantes em tudo o que diz respeito aos outros povos». Faziam sempre apreciações negativas dos estrangeiros. E desdenhavam as suas línguas, os seus costumes e as suas qualidades<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> SANTOS, RODRIGUES, NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, cit., p. 97.

<sup>19</sup> *Ivi*, p. 43.

<sup>20</sup> *Ivi*, p. 44.

<sup>21</sup> *Ivi*, p. 79.

<sup>22</sup> *Ivi*, p. 95.

<sup>23</sup> RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 38.

Esclarece-nos ainda que muitos destes ingleses tinham em Lisboa casas de comércio, que estabeleceram ou herdaram, por vezes de antigos patrões, ou adquiriram por casamento ou através de participação na firma. A maioria das transmissões, no entanto, efetuava-se de pais para filhos, muitos dos quais, já nascidos em Portugal, continuavam na administração das casas paternas.

Havia também britânicos que vinham a Lisboa por motivos de saúde, de recreio ou económicos mas demoravam-se menos tempo<sup>24</sup>.

O relacionamento destes homens de negócio com as autoridades portuguesas confirma a arrogância relatada por alguns visitantes. E os diplomatas eram os primeiros a dar o exemplo. Tal atitude ter-se-ia acentuado em face da política absolutista do ministro de D. José. A criação das companhias monopolistas diminuiu um pouco a dependência económica de Portugal face à Grã-Bretanha, estabelecida após 1640 e reforçada com o tratado de Methuen em 1703<sup>25</sup>. E gerou entre os britânicos instalados nas feitorias de Lisboa, Porto, Madeira e Coimbra<sup>26</sup> o receio de grandes prejuízos económicos. Além de impedirem o comércio direto com o Brasil, tais companhias dificultavam o tráfico clandestino. E a sua instituição, conjugada com as pragmáticas contra o luxo e o esforço industrializador, fazia diminuir as importações inglesas.

Numa memória dirigida, em maio de 1760, ao embaixador da corte de Londres em Portugal<sup>27</sup>, o cônsul da Feitoria Britânica de Lisboa aponta os previsíveis prejuízos causados ao comércio do seu país com a criação recente das mesmas companhias<sup>28</sup>, cuja última consequência seria a diminuição da entrada de ouro em Inglaterra. E quanto ao comércio clandestino, «tão vantajoso, e lucroso á Nação Britânica», ficaria, na sua opinião que se veio a verificar exagerada, «infalivelmente perdido»<sup>29</sup>.

O prestígio do Estado e o fortalecimento do seu poder passavam também pela dignificação dos funcionários régios e camarários. Pombal, numa «Observação» sobre os abusos dos estrangeiros<sup>30</sup>, considera que os alcaides, meirinhos e outros oficiais de justiça faltavam frequentemente aos seus deveres e aponta como razão principal o facto de ganharem «pella Tarifa antiga»<sup>31</sup>, manifestamente insuficiente. E os estrangeiros tiravam de tal situação todas as vantagens possíveis, «corrompendo huns officiaes e enganando outros», fazendo-lhes acreditar que gozavam de privilégios que os isentavam da sua jurisdição. Por isso agiam «quazi absolutamente sem medo das Justiças»<sup>32</sup>.

Em pouco tempo, porém, a situação alterou-se. Passando o seu ordenado a consistir numa percentagem das multas aplicadas ou dos géneros apreendidos, os oficiais alfandegários e de justiça passaram a ser bastante mais zelosos no cumprimento dos seus deveres.

E quase de imediato, surgem as acusações dos comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, sobre a prepotência e a arbitrariedade de tais funcionários. Até então dóceis e submissos, passam a ser acusados de violarem, de forma

---

<sup>24</sup> Ivi, p. 141.

<sup>25</sup> SANDRO SIDERI, *Comércio e poder*, Cosmos, Lisboa 1978, pp. 141-145.

<sup>26</sup> FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, *Pombal e os Ingleses. Incidências económicas e relações internacionais*, em Congresso «O Marquês de Pombal e a sua Época». Colóquio «O Século XVIII e o Marquês de Pombal», Câmara Municipal de Oeiras e Câmara Municipal de Pombal, Oeiras / Pombal 2001, p. 137 (137-157).

<sup>27</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, fs. 16-39.

<sup>28</sup> A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão surgiu em 1755. E a de Pernambuco e Paraíba em 1759.

<sup>29</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, f. 24.

<sup>30</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, fs. 16-19.

<sup>31</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, f.16.

<sup>32</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, f. 17.

arrogante e arbitrária, os tratados anglo-lusos e os privilégios dos cidadãos britânicos, que o absolutismo pombalino passara a preterir às leis régias e até aos regulamentos camarários.

Todas estas alterações geraram naturalmente uma mudança de atitude por parte dos embaixadores da corte londrina. Pressionados pelas queixas dos seus compatriotas, não se coíbem de defender «até ao descaramento» os interesses britânicos, através de exposições verbais e escritas apresentadas aos ministros de D. José, «numa atitude arrogantemente intrometida» nos assuntos internos de um Estado soberano<sup>33</sup>. Num nível hierárquico inferior, temos o exemplo de um mercador inserido na nossa Relação, o irlandês Dionísio Connell (f. 223v.). Este negociante da Praça de Lisboa foi preso pelo almotacé das execuções camarárias José António de Castro, a 4 de agosto de 1770, por se ter recusado a assinar as verbas do registo geral de géneros que vendera, bem como a pagar a taxa correspondente aos corretores do número<sup>34</sup>.

Invocando os privilégios de súbdito britânico consagrados em antigos acordos entre os dois reinos, agravou para a câmara. Mas o senado lisbonense indeferiu o agravo, em nome da «observância das Leys Economicas do Reino e do Comercio na Praça de Lisboa»<sup>35</sup>. Acusou ainda o suplicante de pretender, com a polémica gerada em torno da sua prisão, encobrir a prática de «fraude» e de «monopólio»<sup>36</sup>. E tomando a defesa da dignificação dos ofícios camarários, contestou a acusação do irlandês de que tanto os corretores do número como o almotacé, por serem pessoas de «baixo» nível social, pertencentes à «Plebe da Cidade»<sup>37</sup>, não tinham autoridade para intimidar e menos ainda para prender um prestigiado comerciante britânico.

Numa representação efetuada no próprio dia da prisão aos negociantes seus compatriotas da feitoria de Lisboa, Connell revela o mal-estar existente entre os oficiais camarários e os comerciantes britânicos, ao acusar o almotacé José António de Castro de ter dito, em audiência pública, que os Ingleses eram «Huma corja de patifes insolentes»<sup>38</sup>.

Mas parafraseando João Lúcio de Azevedo, «a despeito de se manifestarem perpetuamente queixosos, crescia o número de ingleses com residência e casa de negócio no reino. Sinal de não lhes serem insuportáveis os gravames que alegavam»<sup>39</sup>.

A atitude de superioridade dos homens de negócio anglo-saxónicos não se restringia aos Portugueses, pois demarcavam-se também dos seus compatriotas de estratos socioeconómicos inferiores. O cônsul geral Francisco Ibbetson, também grande comerciante da Feitoria Britânica de Lisboa, como antes mencionámos, refere-se, num «Memorial» de 1764 dirigido ao governo londrino, a essa «pobre gente», que apesar da inferioridade da sua condição considerava «tão vassallos Britanicos como nós»<sup>40</sup>.

Descreve-os como «Pessoas que traficam em todas as qualidades de Petrechos e mais cousas precisas para os Navios» ou como donos de «Casas de Pasto decentes para receberem os Capitaes, Officiuaes, e Mestres dos Navios Estrangeiros, em huma Terra

<sup>33</sup> SILVA, *Pombal e os Ingleses*, cit., p. 142.

<sup>34</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, fs. 84-95.

<sup>35</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 88v.

<sup>36</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 88v.

<sup>37</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 93.

<sup>38</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 84.

<sup>39</sup> AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico*, cit., p. 427.

<sup>40</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, «Memorial de Francisco Ibbetson, Deputado e Consul Geral, e dos Negociantes da Factoria de Sua Magestade Britanica em Lisboa», fs. 64-88, f. 86.

onde semelhantes Conveniencias se não encontram estabelecidas pelos Nacionaes della»<sup>41</sup>.

A longa permanência dos Britânicos em Portugal referida por Costigan e já iniciada pela composição plurigeracional de muitos dos agregados familiares da Relação, como sugerimos acima, pode confirmar-se através do cruzamento dos nomes da mesma lista com outras fontes documentais, como

João O'Neil (f. 224)<sup>42</sup>, comerciante de «Nação Britânica» estabelecido em Lisboa, possuía também uma quinta no termo de Almada, no sítio da Fonte da Pipa, junto ao mar, com armazém, casa de habitação e uma fábrica de tanoaria. Casara com a portuguesa Valentina Maria Ferreira, da qual tivera sete filhos. Entre 1757 e 1766, ano da morte da mulher, o casal adquirira, no termo da mesma vila, «muitas fazendas de Raijs». Em 1787, os dois filhos mais velhos, Henrique e Artur, viviam já independentes, em Lisboa, na zona do Bairro Alto<sup>43</sup>.

Daniel Hoissard (f. 223) era sobrinho de Susana Hoissard. Esta vivera muitos anos em Lisboa e aqui falecera, tal como seu marido, o negociante Luís Beaumont (de origem francesa?). Daniel viera provavelmente para Portugal por intermédio dos tios, já cá estabelecidos. Por isso, quando a única filha do casal, Henriqueta, decide aos 40 anos de idade, recolher-se a um convento, faz doação ao primo Daniel dos seus bens móveis e de raiz, direitos e ações<sup>44</sup>, atendendo ao muito que a ajudou e a seus pais durante todo o tempo em que tinha vivido e trabalhado em sua casa. Neste caso, tratar-se-ia de uma transmissão do negócio familiar de tio para sobrinho, através da prima, solteira e sem descendência.

O abastado comerciante Tomás Horne, nascido em 1722 em Wakefield e admitido na feitoria britânica em 1769, como referimos, acabou por falecer em Lisboa, sendo sepultado no cemitério inglês da cidade, após uma permanência de 23 anos em Portugal<sup>45</sup>.

E até o polémico Dionísio Connell criou raízes entre nós. Viveu longos anos em umas casas nobres com quintal, na rua Fresca, junto à rua de S. Bento, na freguesia de Santos-o-Velho. O edifício constava de loja de entrada e dois armazéns no piso térreo e por cima o andar onde habitava. Em 1801 comprou-as à antiga senhoria, para aí continuar a residir<sup>46</sup>.

Os criados na mesma nacionalidade acompanhavam os patrões durante muito tempo. Alguns talvez viessem com eles do país de origem. Isabel Hockley servira os pais de Henriqueta Hoissard «no decurso de muitos annos», incluindo durante «as suas longas doenças», tendo sido por isso contemplada com alguns bens. Mas também o «honrado caixeiro» português António da Costa Lima foi objeto do cuidado de Henriqueta. Servira igualmente longos anos o seu pai, pelo que devia ser conservado na casa e aí alimentado até falecer<sup>47</sup>.

---

<sup>41</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, *Memorial...*, f. 85v.

<sup>42</sup> Neste como em mais exemplos que referiremos à frente, existe sempre a possibilidade de se tratar de outra pessoa com o mesmo nome, apesar das coincidências. De qualquer modo, são ingleses que viveram e trabalharam em Lisboa na época em estudo.

<sup>43</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 207, Doc. 8.

<sup>44</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 851, Doc. 8.

<sup>45</sup> ALEXANDER, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 180 (nota do editor).

<sup>46</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 261, Doc. 13.

<sup>47</sup> TTL, DP, RCEI., Maço 851, Doc. 8.

De facto, muitos empregados de comércio de negociantes estrangeiros, incluindo os dos Ingleses, eram nacionais. Dionísio Connell tinha pelo menos um, Domingos Lourenço Martins<sup>48</sup>.

Mas havia comerciantes autóctones com empregados de origem britânica, embora tal situação fosse menos frequente. Em 1807, Carlos Smith, dono de uma hospedaria e casa de pasto no sítio do Corpo Santo, requereu a nacionalidade portuguesa por viver há muito tempo no país, tendo cá chegado «ainda de pouca idade, para caixeiro de Negociante Português»<sup>49</sup>.

O contacto com os Portugueses não se confinava aos negócios ou aos empregados, domésticos ou comerciais. Ruders dá-nos conta de um jantar muito agradável em que participou, ocorrido na hospedaria de um inglês de nome Williams, com comensais suecos, dinamarqueses, ingleses, espanhóis e portugueses<sup>50</sup>. E William Beckford, no seu diário, relata o convívio existente entre as famílias da alta sociedade portuguesa e inglesa e a forma amistosa como ele próprio foi recebido pela mais elevada aristocracia lusa.

Carl Ruders informa-nos que os Ingleses não queriam ser confundidos com os Irlandeses, embora estes tivessem também nacionalidade britânica. E se havia «muitas casas ricas» entre os aqueles, já no respeitante aos Irlandeses eram «raros os negociantes com fortuna». Entre estes últimos incluía-se certamente Dionísio Connell, que o encarregado de negócios John Hort considerava, em carta enviada em 1770 ao marquês de Pombal, «un des principaux des negociants Britaniques etablis dans Lisbonne»<sup>51</sup>.

Mas na sua maioria, porém, eram «pobres», embora por vezes arranjassem casamentos vantajosos em Portugal. O mesmo autor esclarece-nos ainda que havia muitas mulheres irlandesas, católicas pobres, que imigravam para o reino português propositadamente para ganhar a vida. Umas, como professoras em escolas ou colégios internos, onde ensinavam «inglês» e mais «prendas» às crianças portuguesas. Outras, como costureiras, modistas, preceptoras, hospedeiras, estalajadeiras, governantas e criadas de quarto<sup>52</sup>.

Pelas informações de Ruders, supomos que a quarta lista da relação é constituída, no todo ou em parte, por Irlandeses, a ajuizar pelas suas profissões, na maioria dos casos idênticas às dos grupos sociais economicamente mais frágeis da sociedade lisboeta coeva. E assim sendo, poderíamos acrescentar nas profissões femininas enunciadas por Carl Ruders a de engomadeira, de que há tantos exemplos na referida lista.

Famílias como as deste quarto rol estariam certamente incluídas na «pobre gente» referida por Ibbetson e seriam duplamente segregadas, pela condição económica e pela origem étnica.

Os homens de negócio britânicos seriam quase todos ingleses e corresponderiam, de acordo com a nossa Relação, apenas a 29% das famílias provenientes da Grã-Bretanha radicadas em Lisboa. O estatuto socioeconómico elevado, os entraves pombalinos à vontade de enriquecer depressa através do desrespeito pelas leis nacionais, o choque perante a diferença de mentalidade e de hábitos de trabalho e de vida dos Portugueses, a barreira linguística e a diferença religiosa, favoreciam a atitude de

---

<sup>48</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, carta de John Hort ao marquês de Pombal de 12 de outubro de 1770, f. 35

<sup>49</sup> TTL DP, RCEI, Maço 675, Doc. 4.

<sup>50</sup> RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 25.

<sup>51</sup> BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, carta de 4 de agosto de 1770, fs. 25-25v.

<sup>52</sup> RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 141.

isolamento, arrogância e até desprezo pelos nacionais, relatada pelos visitantes estrangeiros e passível de confirmação através de fontes coevas.

Tais diferenças não impediram os contactos amigáveis com famílias portuguesas de estatuto social equivalente e até com elementos da alta nobreza e da própria Casa Real. Além disso, a permanência geralmente longa em Portugal, tornava inevitáveis os contactos com os negociantes nacionais, mas também com advogados, tabeliães, oficiais camarários e de justiça, senhorios, credores, devedores, caixeiros, criados e prestadores de toda a espécie de serviços, o que contribuiria para ir atenuando o isolamento e o preconceito. E os descendentes de Britânicos nascidos e criados em Portugal, ainda que a viver no seio da comunidade de origem, teriam à partida outra facilidade de integração.

No entanto, muitos outros britânicos, pelo estatuto socioeconómico e pelas ocupações profissionais, estariam bem melhor inseridos na comunidade lisboeta. A religião católica de muitas irlandesas facilitou-lhes a entrada nas casas da burguesia e da nobreza, como professoras, aias, precetoras, criadas ou prestadoras externas de serviços. E seria dentro deste grupo social modesto e mais próximo da população local que ocorreria a maior parte dos casamentos luso-britânicos.